



EMENDA Nº 13/2025 Data: 30/04/2025

Ao Projeto de Lei nº 031/2025 - Autoria: Mesa Diretiva

EMENTA: Altera a redação do § 2° e inclui o § 3° ao artigo 3° do Projeto de Lei nº 031/2025.

A Vereadora que subscreve, usando de suas atribuições legais e na forma regimental, apresenta a presente EMENDA SUPRESSIVA, nos termos do art. 151, § 5°, do Regimento Interno desta Casa, para o fim de:

- Art. 1°. Altera a redação do § 2° e inclui o § 3° ao artigo 3° do Projeto de Lei n° 031/2025:
- "§ 2°. Na legislatura em que não houver nenhuma vereadora, assumirá a Procuradoria-Geral uma servidora ou, na ausência de interessadas, um vereador.
- § 3°. O mandato da Procuradora-Geral e das Procuradoras coincidirá com o período do mandato da Mesa Diretiva, não podendo haver recondução na Procuradora-Geral, exceto no caso de nenhuma das demais aceitarem o encargo."

Art. 2º. Permanece inalterada as demais disposições do Projeto.

Câmara Municipal de Guaíra, Paraná, 30 de abril de 2025.

Cristiane Giangarelli Vereadora - Autora





PROJETO DE LEI Nº 031/2025 DATA: 24 de abril de 2025.

Ementa: Institui a Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, cuja sede será o gabinete da Procuradora-Geral.

Parágrafo único. A Procuradoria da Mulher goza de independência funcional própria dos legisladores, sendo figura independente, que contará com apoio da assessoria comissionada ou de gabinete, se houver.

- **Art. 2º** As ações desenvolvidas pela Procuradoria da Mulher terão o objetivo de fortalecer as políticas públicas de proteção, conscientização e promoção dos direitos das mulheres, garantindo a realização contínua de eventos, encontros, homenagens, campanhas de conscientização e demais atividades voltadas ao tema, respeitadas as atribuições próprias do Poder Legislativo.
- § 1° A Procuradoria da Mulher atuará visando a defesa dos direitos das mulheres, na fiscalização das políticas públicas voltadas ao público feminino e no fortalecimento da Rede de Proteção à Mulher no município, podendo realizar parcerias com órgãos públicos e entidades da sociedade civil.
- § 2° Os eventos realizados pela Procuradoria serão apoiados pela assessoria comissionada ou de gabinete, se houver.
- **Art.** 3º A Procuradoria da Mulher será constituída de 01 (uma) Procuradora-Geral e até 3 (três) Procuradoras, sendo uma delas a vice, todas eleitas pelas próprias Vereadoras.
- § 1º Na legislatura em que houver apenas uma Vereadora, esta será a Procuradora-Geral.







- § 2° Na legislatura em que não houver nenhuma vereadora, assumirá a Procuradoria-Geral uma servidora ou, na ausência de interessadas, um vereador.
- § 3º O mandato da Procuradora-Geral e das Procuradoras coincidirá com o período do mandato da Mesa Diretiva, não podendo haver recondução na Procuradora-Geral, exceto no caso de nenhuma das demais aceitarem o encargo.
- **Art. 4º** Compete à Procuradoria da Mulher, observadas as funções típicas do Poder Legislativo, zelar pela participação efetiva de mulheres nas atividades do Poder Público e:
- I Receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violência e discriminação contra a mulher;
- II Fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo municipal que visem à promoção da igualdade entre homens e mulheres e a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito municipal;
- III Cooperar com organismos municipais, estaduais e nacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- IV Promover campanhas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como acerca da representação feminina na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às Comissões da Câmara Municipal;
- V Receber e administrar recursos recebidos através do regime de adiantamento, a serem entregues à Procuradora-Geral para as despesas relacionadas aos trabalhos da Procuradoria;
- VI Promover eventos, seminários e palestras a serem realizados exclusivamente no Plenário da Câmara enquanto não se criar e regulamentar a "Câmara itinerante", conforme cronograma a ser aprovado e publicado por Ato da Mesa Diretiva.
- § 1º Para consecução dos seus objetivos, a Procuradoria contará com apoio da assessoria comissionada ou de gabinete, se houver, que intermediará a comunicação com os demais servidores da Casa.
- § 2° Em eventos promovidos pela Procuradoria, poderá haver contratação de palestrantes, *coffee break*, material gráfico e demais serviços e fornecimentos







necessários (locações de equipamentos, etc.), observada a legislação afeta às licitações e contratações públicas e o respectivo cronograma oficial.

- § 3° Para consecução dos objetivos constantes do § 2° deste artigo e das campanhas, a Procuradoria poderá utilizar até o limite anual de 0,5% (meio por cento) do orçamento do Poder Legislativo, sempre respeitando o planejamento geral da Câmara e observando a legislação relativa a despesas públicas, às licitações e contratações públicas e demais normativas aplicáveis, em estrito cumprimento do cronograma oficial de atividades.
- § 4° Toda contratação da Procuradoria será solicitada pela Procuradora-Geral à Coordenação de Compras e Contratos, mediante justificativa fundamentada, sendo aquela Procuradora-Geral integralmente responsável pela motivação da contratação e utilização do serviço/material contratado.
- § 5° As atividades de iniciativa da Procuradoria da Mulher somente serão realizadas e subsidiadas pela Câmara se prevista em cronograma bienal oficial aprovado e publicado por Ato da Mesa Diretiva.
- § 6° Nas campanhas, que deverão ter caráter educativo, informativo e de orientação social, a Câmara somente as subsidiará com desenvolvimento de arte, material gráfico e divulgação institucional.
- § 7° A Câmara não subsidiará eventos e campanhas promovidas por entidades privadas, sendo possível apenas o uso do Plenário, nos termos da Resolução 04/2024.
- **Art.** 5° Compete à Vice Procuradora e às demais Procuradoras, respectivamente:
- I Representar a Procuradora-Geral da Mulher em reuniões, eventos ou outras atividades da Procuradoria da Mulher;
- II Prestar apoio nas atividades realizadas.
- **Art. 6º** Toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria da Mulher poderá ter divulgação pelo órgão institucional de comunicação da Câmara Municipal, considerados os critérios de noticiabilidade e outros próprios da comunicação institucional.
- **Art. 7º** Fica instituído o logotipo oficial da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, que deverá ser utilizado em todos os materiais oficiais, eventos etc., promovidos e apoiados oficialmente pela Procuradoria.







Parágrafo único. O logotipo terá uma silhueta de uma mulher integrada a um ponto de interrogação dentro de um círculo, simbolizando questionamento e representação feminina; design combina tipografia sofisticada, com "PROCURADORIA DA" em caixa alta e "Mulher" em fonte cursiva fluida. A cor vinho transmite seriedade e apoio à causa feminina, enquanto os elementos circulares reforçam proteção e acolhimento, conforme anexo desta Lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara, podendo ser suplementadas caso necessário.

Art. 9° Fica revogada a lei n°. 2.107/2019.

Art. 10. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, 24 de abril de 2025.

Tereza Camilo dos Santos Presidente – Gestão/2025-2026

Keila Marta Inojosa da Silva Francisco

Vice-Presidente

Cristiane Giangarelli

Secretária